

## **Para especialistas, ações mostram desespero**

RAFAEL CARIELLO  
DA SUCURSAL DO RIO

As ações coordenadas do tráfico na madrugada de ontem são tentativas desesperadas de intimidação e de desestabilização do poder público, na avaliação de especialistas ouvidos pela Folha.

Para os sociólogos **Michel Misse, da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro)**, e Ignácio Cano, da Uerj (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), setores do crime organizado no Rio dão mostras de estarem tendo dificuldades de operar seu negócio, tanto por causa da apreensão de armamento e drogas quanto pela incomunicabilidade a que estariam submetidos líderes como Fernandinho Beira-Mar.

"Do ponto de vista dos negócios, não interessa a eles chamar a atenção. Se estão fazendo isso, é porque não têm muito a perder. Estão querendo criar fatos políticos que desestabilizem as autoridades da área de segurança", disse Misse. Para ele, os atos de ontem também poderiam servir para desviar a atenção e facilitar a tentativa de resgate em Bangu 3.

A tentativa de "criar pânico e intimidar o poder público" é " batalha perdida" para o tráfico, diz Cano. "A longo prazo é uma estratégia negativa para o crime organizado. Vai gerar uma reação mais dura por parte do poder público. Ou estão desesperados ou acham que vão desestabilizar as autoridades no curto prazo."

A antropóloga Alba Zaluar, especialista em segurança pública, afirma que a ação do tráfico não é mais pautada só por interesses comerciais e que o crime organizado tem pretensões políticas. "O tráfico está buscando poder, e não apenas militar", disse. "Estão querendo mostrar que têm poder na zona sul e transformar-se em uma organização como as Farc (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia). Querem ser respeitados como força política, para que o Estado negocie com eles."

Segundo Cano, o tráfico na Colômbia trava uma luta política pelo controle da produção de drogas e por território. No Brasil, onde só se comercializa a droga, essa estratégia não faria sentido.

**Fonte:**

**Folha de São Paulo, quinta-feira, 17 de outubro de 2002.**